

# Observatório da Oposição

03 DE JUNHO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 52

ISMAEL  
JORGE GOETTEN  
JULIA ZAMATTA  
PEDRO UZZAI  
PEZENTI  
ZÉ TROVÃO

## Rio Grande do Sul

AFONSO HAMM  
AFONSO MOTTA  
ALCEU MOREIRA  
ANY ORTIZ  
BIBO NUNES  
BOHN GASS  
DOWATTI FILHO  
DAIANA SANTOS  
DANIEL TRZECIAK  
DENISE POSSÓA  
FERNANDAMELCHIONNA  
FRANCIANE BAYER  
GIOVANI CHERINI  
HETTOR SCHUCH  
LINDEHMAYER  
LUCAS REDECKER  
LUCIANO AZEVEDO  
LUIZ CARLOS BUSATO  
MARCEL VAN HATTEM  
MARCELO MORAES  
MÁRCIO BIOLCHI  
MARCON  
MARIA DO ROSÁRIO  
MAURÍCIO MARCON  
OSMAR TERRA  
PEDRO WESTPHALEN

## SENADO FEDERAL

### Pernambuco

CHICO RODRIGUES  
DR. HIRAN  
MECIAS DE JESUS

### Amazonas

DAVI ALCOLUMBRE

LUCAS BARRETO  
RANDELFE RODRIGUES

### Piauí

BETO FARO  
JADER BARBALHO  
ZEQUINHA MARINHO

### Amazonas

EDUARDO BRAGA  
OMAR AZIZ  
PLÍNIO VALÉRIO

### Rorondônia

CONFÚCIO MOURA  
JAIME BAGATTO  
MARCOS ROGÉRIO

### Acre

ALAN RICK  
MÁRCIO BITAR  
SÉRGIO PETECÃO

### Tocantins

EDUARDO BOMES  
IRAJÁ  
PROFESSORA DORINHA

### Maranhão

ANA PAULA LOBATO  
ELIZIANE GAMA  
WEVERTON

### Ceará

## STYVENSON VALE

ZINAIDE MAIA

### Pernambuco

DANIELLA RIBEIRO  
EFRAIM FILHO  
VENEZIANO VITAL

### Pernambuco

FERNANDO DUBIRE  
HUMBERTO COSTA  
TERESA LEITÃO

### Alagoas

FERNANDO FARIAS  
RENAN CALHEIROS  
RODRIGO CUNHA

### Sergipe

ALESSANDRO VIEIRA  
LAÉRCIO OLIVEIRA  
RODRIGO CARVALHO

### Bahia

ÂNGELO CORONEL  
JAQUES WAGNER  
ÓTTO ALENCAR

### Minas Gerais

CARLOS VIANA  
CLEITINHO  
RODRIGO PACHECO

### Espírito Santo

FABIANO CONTARA  
MAGNO MALTA  
MARCOS DO VAL

### Rio de Janeiro

CARLOS PORTINHO  
FLÁVIO BOLSONAR  
ROMÁRIO

### São Paulo

GIORDANO  
MARA GABRILLI  
MARCOS PONTES

### Minas Gerais

JAYME CAMPOS  
MARGARETH BUZE  
WELLINGTON FAGUNDES

Com popularidade em queda e sem um projeto claro para o país, Lula vê sua base derreter no Congresso



SENADOR ROGÉRIO MARINHO  
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL  
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

# PRIORIDADES DA SEMANA

1

POLÍTICA

2

ECONOMIA

3

EDUCAÇÃO

4

MEIO AMBIENTE

## SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Go-verno Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.



## Com popularidade em queda e sem um projeto claro para o país, Lula vê sua base derreter no Congresso

*Oposição conquista vitórias em questões emblemáticas, como o fim das saídas de presos e a garantia da liberdade de expressão; presidente perde a aprovação da maioria dos brasileiros e vê surgimento de novos focos de resistência a seu governo*

A última Sessão Conjunta do Congresso Nacional, realizada na terça-feira (28/05), foi catastrófica para o governo Lula. O poder de mobilização da Oposição antes e durante as votações fez a diferença naquele dia. Sem dúvidas, o maior derrotado da Sessão Conjunta foi o presidente Lula, mas a falta de articulação dos líderes do governo, seja na Câmara dos Deputados (Deputado Federal José Guimarães/PT-CE), seja no Senado (Jaques Wagner/PT-BA) e também no Congresso Nacional (Senador Randolfe Rodrigues/Sem partido-AP), é flagrante.



O líder do governo na Câmara, após a Sessão, falou em entrevista à Folha de S. Paulo que o governo Lula precisa de uma “chacoalhada geral”, admitindo problemas entre o Planalto e o Congresso Nacional. No encerramento da Sessão, parlamentares da Oposição saíram do plenário dizendo que “o amor está custando cada vez mais caro” para Lula.

O número de votos contrários às orientações do governo chamou a atenção dos parlamentares em geral. A base do governo, em média, teve 130 votos. Contrários às orientações do governo, em média, foram aproximadamente 315 votos. O governo precisava de 257 votos.

Analistas políticos que acompanharam a Sessão Conjunta *in loco*, após os resultados negativos do governo ao longo das votações, iniciaram o debate do “e se algum processo de impeachment for pautado?”. Fato é que a imagem de Lula tem se deteriorado ao longo das últimas semanas.

Na semana passada, o Instituto Paraná Pesquisas informou que o presidente da República perdeu a aprovação da maioria dos brasileiros e sua rejeição está aumentando consideravelmente. Segundo outro levantamento, feito pela Genial/Quaest, de agosto de 2023 até maio de 2024, a oposição na Câmara dos Deputados cresceu de 27% para 34%. Na semana passada, o PoderData publicou que, pela primeira vez, a rejeição do governo Lula superou a aprovação.

Vale lembrar a fala da presidente do Partido dos Trabalhadores, deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR), que disse em 2023 a militantes do partido que “Se cair só um pouquinho a popularidade de Lula, não tenham dúvida do que o Congresso vai fazer. Foi o que aconteceu com Dilma. Se a gente baixar a popularidade do presidente, esse Congresso engole a gente”.



Dentre as derrotas mais significativas sofridas pelo governo ao longo da Sessão Conjunta, destacamos:

- **Derrubada do veto de Lula, decretando o fim das “saidinhas” temporárias de presos:**

Foram 314 votos pela derrubada do veto de Lula na Câmara (126 contrários). No Senado, 52 votos pela derrubada do veto (11 contrários). Volta a valer o sentido original do texto aprovado pelo Legislativo: o benefício da saída temporária será concedido aos detentos em regime semiaberto apenas para estudos e trabalho.

Os detentos, inclusive os do regime semiaberto, ficam proibidos de deixar as prisões em feriados e datas comemorativas. De acordo com dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de janeiro a junho de 2023, 120.244 presos tiveram acesso à saída temporária em todo o país.

Desses, 7.630 não retornaram, se atrasaram na volta à unidade prisional ou cometeram uma falta no período da saída, o que representa uma parcela de 6,3% do total de beneficiados. O Projeto de Lei das “saidinhas” ganhou celeridade no Congresso Nacional depois que o policial Roger Dias, de 29 anos, morreu no começo de janeiro deste ano, depois de ser baleado na cabeça durante confronto em Belo Horizonte (MG). Os autores dos disparos deveriam ter retornado à prisão depois da saída de fim de ano.



O Líder da minoria no Congresso, senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), relator do projeto no Senado, lembrou em seu discurso durante a Sessão da memória do policial militar Roger Dias, “assassinado covardemente por uma dessas pessoas que saiu durante uma ‘saidinha’ e não só não retornou, como matou um pai de família, um policial militar”. “Então nós não podemos mais abrir brecha nenhuma para esse tipo de benefício”, disse.

Até mesmo um dos senadores da base do governo, Fabiano Contarato (PT-ES), votou pelo fim das “saidinhas”. Segundo Contarato, delegado aposentado da Polícia Civil do Espírito Santo, “a pessoa já tem inúmeros benefícios, tanto no Código Penal quanto na Lei de Execução Penal, e com a saída temporária de forma indiscriminada, 35 dias em cinco vezes por ano. Como explicar isso para uma mãe cujo filho foi morto por disparo de arma de fogo que o culpado vai ficar pouco mais de dois anos preso? Não é razoável”.

O senador Sérgio Moro (União-PR), ao comentar sobre o PL das “saidinhas” afirmou: “As saídas dos feriados têm trazido uma série de dissabores. Entre eles, há o fato de que parte dos presos colocados em liberdade não volta. Podemos fazer uma série de discussões sobre percentuais, mas o fato é que a polícia tem que se encarregar de buscar esses presos que foram colocados em saída temporária. Isso acaba comprometendo o serviço público policial, que poderia estar fazendo outras coisas”.



Ministros de Lula chegaram a entrar em contato com alguns parlamentares para tentar sensibilizá-los sobre o veto do presidente. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, falou pessoalmente com dezenas de parlamentares e também ligou para membros da bancada evangélica, argumentando que as visitas a familiares eram importantes do “ponto de vista cristão”.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, também buscou contato direto com lideranças do Congresso Nacional para tentar convencê-los do veto do presidente. A base de Lula até conseguiu adiar a votação do veto, que ocorreria no início de maio, mas não foi suficientemente capaz de convencer o “centrão” para um acordo sobre o tema.

- **Manutenção do veto 46/2021 do ex-presidente Bolsonaro à tipificação de crimes contra o Estado democrático de direito, entre eles, a criminalização das fake news nas eleições:**

Foram 317 votos a favor do veto do ex-presidente (139 contrários). Entre outros pontos, o texto vetado estabelecia até cinco anos de reclusão para quem cometesse o crime de “comunicação enganosa em massa”, definido como a promoção ou financiamento de campanha ou iniciativa para disseminar fatos inverídicos e que fossem capazes de comprometer o processo eleitoral.

Também definia crimes como “atentado a direito de manifestação”, com pena que poderia chegar a 12 anos de reclusão; e o aumento de penas para militares e servidores públicos envolvidos em crimes contra o Estado democrático de direito. Todos esses itens foram vetados por Bolsonaro.

Um revés significativo para o governo Lula, já que o tema também vem sendo tratado como prioritário por boa parte dos ministros do Supremo Tribunal Federal, verdadeiros “garantidores da governabilidade” do presidente da república. Tanto o ministro relator do inquérito das “fake news”, também chamado de “inquérito do fim do mundo”, Alexandre de Moraes, quanto o ministro Flávio Dino, assumidamente são a favor da regulamentação.



O líder da Oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), afirmou em seu discurso durante a Sessão Conjunta que o texto sugerido seria uma tentativa de censura: “Apesar das tentativas infrutíferas de tentar colocar uma mordaza na população ou de instituir narrativas oficiais para inibir, para constranger e até de utilizar o aparelho do Estado para perseguir opositores políticos, este governo tem tido derrota onde o assunto é mais relevante e é mais importante: no seio da opinião pública”.

- **Aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para suprimir trechos do decreto antiarmas do ex-ministro da Justiça, Flávio Dino, a mando do presidente Lula.**

O PDL 206/24 derrubou oito trechos do decreto presidencial que estavam prejudicando a prática desportiva e todo o setor armamentista. Medidas restritivas impostas pelo presidente Lula, como a exigência de distância mínima de um quilômetro entre clubes de tiro e escolas, bem como interferência de outros órgãos como o Iphan (Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) na questão do registro de armas de fogo “históricas”, foram derrubadas.

A habitualidade, isto é, a comprovação de treinamento ou participação em competições a cada 12 meses por parte dos CACs (Caçadores, Atiradores desportivos e Colecionadores), bem como a necessidade do Certificado de Registro de Atirador Desportivo também foram revogados pelos deputados. Um estudo produzido pela Associação Brasileira de Importação de Armas e Materiais Bélicos (ABIAMB), contabilizou cerca de 43 mil demissões de funcionários e colaboradores de estandes de tiro e lojas do setor armamentista desde o início de 2023, quando o presidente Lula começou a criar decretos contra o setor. Esse mesmo setor registrou em 2022, um faturamento próximo de R\$19,5 bilhões. O PDL foi aprovado por votação simbólica. O texto seguiu para o Senado.

A aprovação do PDL foi muito comemorada por duas grandes bancadas do Congresso Nacional, a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) e a própria bancada da Segurança Pública, também conhecida como “bancada da bala”. O deputado Marcos Pollon (PL-MS), especialista em legislação de controle de armas e ativista do setor armamentista, também um dos principais líderes da “bancada da bala”, afirmou que “a aprovação do PDL pelos deputados foi fruto de quase dois anos de trabalho de articulação política”. Pollon também agradeceu ao deputado Pedro Lupion (PP-PR), presidente da FPA, pelo apoio nas articulações e por dar importância ao pleito do setor armamentista.

O senador Flávio Bolsonaro, líder da “bancada da bala” no Senado Federal, apresentou um outro PDL (193/2023) em julho de 2023, com o apoio de dez senadores, com o mesmo objetivo. Na oportunidade, Flávio afirmou que “o decreto presidencial tem a clara intenção de agradar assaltantes, homicidas e estupradores, pois com as suas vítimas desarmadas terão o “seu trabalho” facilitado. Tirar as armas da população é uma armadilha”.

O senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), autor de um outro PDL (190/2023) de mesmo objetivo, salientou que o decreto presidencial assinado por Lula violava a Constituição em vários pontos, exorbitando o poder regulamentar do Executivo, impedindo o exercício de direitos previstos no próprio Estatuto do Desarmamento, entre os quais, a aquisição de munições por caçadores e atiradores esportivos e a possibilidade de autorização excepcional pelo Comando do Exército para compra de armas de fogo de uso restrito.



Heinze, senador referência dentro da FPA e também da bancada da Segurança Pública, citou dados da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, demonstrando que o famigerado decreto também atinge o treinamento de centenas de atletas, inclusive atletas olímpicos. “É necessário destacar a intervenção ilegal do governo em uma atividade econômica, que gera empregos e ajuda no crescimento do Produto Interno Bruto. A proibição da venda de armamentos, munições e insumos para recarga em todo o território nacional vai prejudicar milhares de empresários, importadores e a própria indústria”, argumentou o senador.

- Derrubada do veto de Lula, proibindo uso de verba da União para promover ações sobre invasão de terras, aborto, cirurgia de mudança de sexo em crianças e outros temas caros aos parlamentares conservadores.

Na Câmara, foram 339 votos favoráveis (107 contrários). No Senado, foram 47 votos para derrubar o veto (23 contrários). O dispositivo sobre o assunto foi incluído pelos parlamentares na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 por meio de uma emenda apresentada pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

O trecho acrescentado à LDO proíbe o uso de verbas públicas para promoção, incentivo ou financiamento das seguintes ações:

- Invasão ou ocupação de propriedades rurais privadas;
- Ações tendentes a desconstruir, diminuir ou extinguir o conceito de família tradicional, formado por pai, mãe e filhos;
- Ações tendentes a influenciar crianças e adolescentes, da creche ao ensino médio, a terem opções sexuais diferentes do sexo biológico;
- Cirurgias em crianças e adolescentes para mudança de sexo; e realização de abortos, exceto nos casos autorizados em lei.



A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) comemorou a derrubada do veto. “A derrubada desse veto foi a manutenção da vontade da sociedade. A sociedade não quer gastar verba pública fazendo aborto e matando bebêzinhos. A sociedade não quer verba pública para invadir propriedade privada. Verba pública não é para fazer doutrinação ideológica, é para construir escolas, creches, para programas de proteção da infância, proteger idosos”.

O senador Eduardo Girão (Novo-CE) atribuiu o resultado negativo para o governo federal na última Sessão Conjunta do Congresso Nacional à “mobilização do povo brasileiro”. Segundo o senador cearense, o governo federal “planta o ódio, a vingança, a irresponsabilidade com o dinheiro do contribuinte e quer destruir as famílias, a vida, os valores e princípios do povo brasileiro”. Por esse motivo, Girão acredita que Lula continuará sendo derrotado nas duas casas legislativas.





## ECONOMIA

# Promessa de campanha de Lula, programa de renegociação de dívidas atinge só 21% da meta

*Desenrola Brasil alcançou 15 milhões de brasileiros, bem abaixo dos 70 milhões previstos inicialmente pelo governo; enquanto isso, taxa de inadimplência continua crescendo no país*

### Síntese

- Durante a campanha, Lula prometeu implementar um programa de renegociação de dívidas com ênfase nas famílias de baixa renda, resultando no Desenrola Brasil.
- O Desenrola Brasil beneficiou 15 milhões de pessoas e renegociou R\$ 52,42 bilhões em dívidas, mas não alcançou satisfatoriamente a meta de atender os 70 milhões de brasileiros inadimplentes, incluindo 43 milhões de baixa renda.
- A baixa adesão das famílias de baixa renda e o ressurgimento do endividamento mostram a ineficácia do programa, refletida no aumento da inadimplência no Brasil, atingindo 73,42 milhões em abril de 2024.
- Em que pese a comemoração do Ministério da Fazenda, o programa não teve o resultado esperado e pode ser considerado o mais novo descumprimento de promessa de campanha do PT.



## Contextualização

- Durante a campanha presidencial, o candidato do Partido dos Trabalhadores se comprometeu a implementar um programa de renegociação de dívidas, abrangendo as famílias de baixa renda.

"Com o Desenrola Brasil, Lula vai promover uma grande negociação das dívidas das famílias que recebem até 3 salários mínimos. Todos vão ter a oportunidade de ter o nome limpo no SPC e no Serasa. E, com o Brasil crescendo, o nosso negócio prosperando ou conseguindo um bom emprego, todos vão ter mais dinheiro e poder de compra. É assim que se faz a roda da economia girar."

[Promessa para Economia, Site da Campanha de Lula.](#)

- A Medida Provisória nº 1.176, de 5 de junho de 2023, instituiu o Desenrolar Brasil, ligado ao Ministério da Fazenda, para simplificar a renegociação de dívidas privadas de indivíduos em cadastros de inadimplentes, com o intuito de diminuir o endividamento e ampliar o acesso ao crédito.
- De acordo com dados apresentados na Exposição de Motivos, preparada pelo Ministério da Fazenda, o Brasil contava **com cerca de 70 milhões de brasileiros inadimplentes, representando aproximadamente 42% da população adulta**.
- Quatro em cada dez famílias têm dívidas em atraso, principalmente relacionadas ao cartão de crédito, contas básicas e compras no varejo, **sendo a maioria dos inadimplentes, cerca de 43 milhões, em famílias de baixa renda (até dois salários mínimos)**.
- Segundo as últimas informações disponíveis, o programa auxiliou cerca de 15 milhões de indivíduos a refinanciar um montante de dívidas no valor de R\$ 52,42 bilhões.

## Análise

- Primeiramente, destacamos o intervalo significativo entre a posse de Lula e a concretização de sua promessa de campanha, dada a urgência de medida para beneficiar as famílias de baixa renda no Brasil. O programa só foi instituído quase seis meses após a sua posse, revelando a falta de prioridade do tema para o governo.

- Sobre os resultados, apesar de celebrados pela equipe econômica do Governo, não observamos indícios significativos do programa. Pelo contrário.

"O Desenrola, o maior programa de renegociação de dívidas de todos os tempos, desenvolvido pelo governo federal, chegou ao fim. Mas os resultados positivos do programa ficarão para a vida de mais de 15 milhões de pessoas beneficiadas. Foram negociados R\$ 53,07 bilhões em dívidas, reduzindo a inadimplência entre a população que mais precisa".

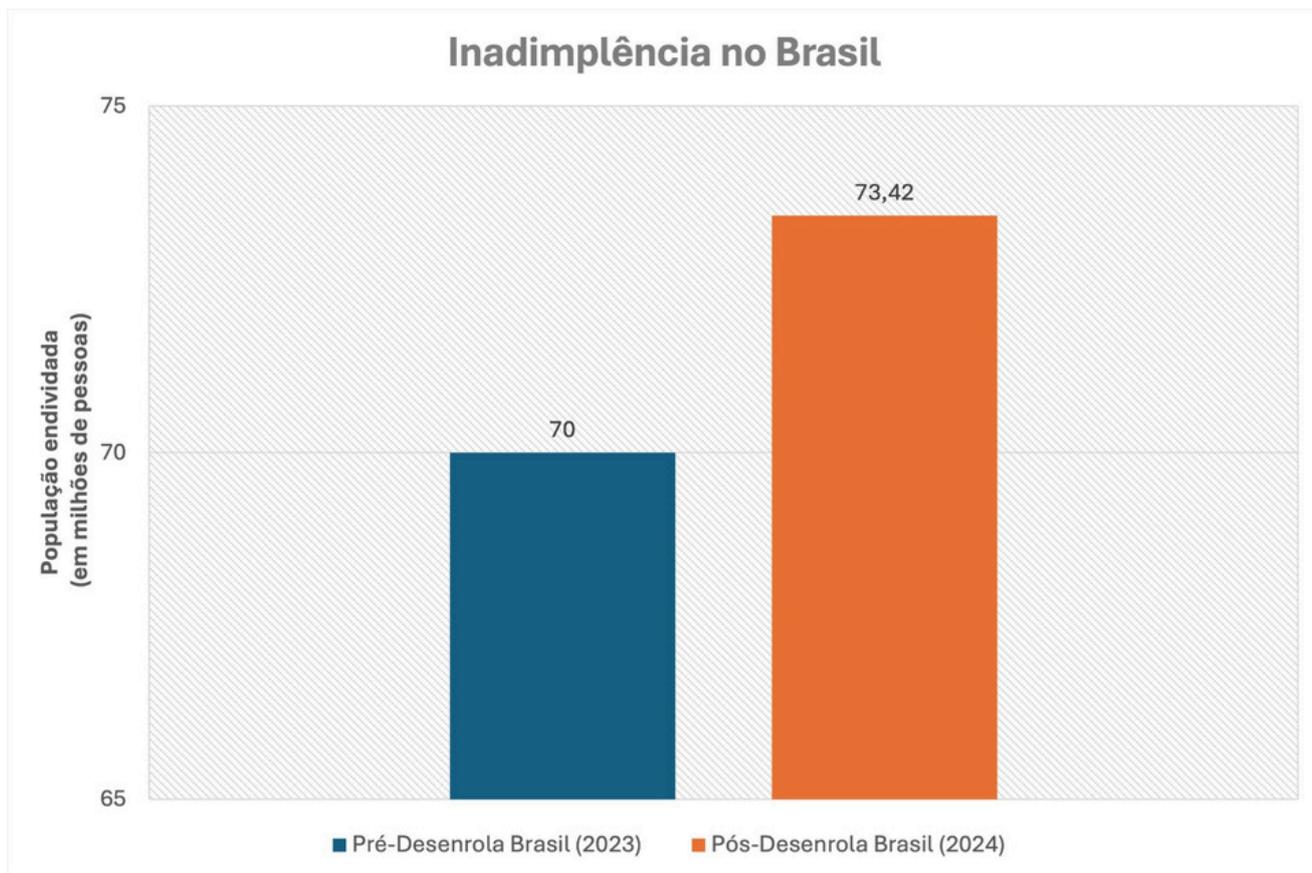
Fernando Haddad, Ministro da Fazenda, na plataforma X.

- A fase considerada prioritária pelo governo, que tinha como objetivo atingir cerca de 43 milhões de pessoas, contou apenas com a participação de aproximadamente 5,06 milhões de consumidores (11,76%). Esse descompasso entre a expectativa e a realidade evidencia a limitação do programa, especialmente entre a população de baixa renda, que seria o público-alvo da ação, conforme o texto apresentado na Exposição de Motivos da MP nº 1.176/2023.
- O fracasso em alcançar a meta estabelecida para as famílias de baixa renda no programa Desenrola Brasil é uma clara indicação da ineficácia da política e do descumprimento da promessa de campanha feita pelo PT.
- Além disso, o ressurgimento do endividamento entre os consumidores que tiveram suas dívidas renegociadas praticamente anula qualquer efeito positivo do programa na redução da inadimplência.
- De acordo com os dados do Serasa para abril/2024, a taxa de inadimplência no país registrou seu terceiro aumento mensal seguido, com um incremento de 0,72% em relação ao mês anterior, o que representa um acréscimo de 524 mil consumidores inadimplentes.
- Nesse contexto, o número de consumidores inadimplentes é atualmente maior, totalizando 73,42 milhões, em comparação com os 70 milhões na implementação inicial do programa Desenrola Brasil. Isso equivale a aproximadamente 52,18% da população adulta, estimada em 140,7 milhões pelo IBGE.



"Lula passou a campanha prometendo ao povo que ia "tirar o nome do Serasa", com o Desenrola. Ganhou os votos e até agora nada. Agora, quer fazer um "Desenrola Maduro", mandando dinheiro do Brasil para o ditador. Essa é a prioridade do PT: ideologia 1º, depois o povo".

Senador Ciro Nogueira (PP/PI), na plataforma X em 30/06/2023. O Desenrola Brasil seria lançado em 5/6/2023, 156 dias após a posse de Lula.



- Em síntese, o programa Desenrola Brasil, ao prometer resolver as dívidas das famílias de baixa renda, enfrentou atraso na implementação e resultados bem aquém das expectativas mencionadas na Exposição de Motivos. Identificamos uma clara desconexão entre o discurso político e a realidade enfrentada pela população, que continua a lidar com altos níveis de endividamento.

"Não tem desenrola real no governo do PT. Prometeram acabar com as dívidas, entregaram recorde de inadimplência e quebraadeira do setor privado. Seria mais honesto chamar o programa econômico do Lula de "Se enrola Brasil"".

Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), na plataforma X.



# Nova lei de incentivo à indústria automotiva inclui 'jabutis' para taxar pequenas compras internacionais e burocratizar investimentos no setor de petróleo e gás

*Na tentativa de reduzir desgaste, governo Lula manobra para 'esconder' medidas polêmicas em projeto do programa Mover; nova Política de Conteúdo Local viola acordos internacionais, segundo especialistas*

## Síntese

- O governo, em acordo com partidos aliados, aprovou uma emenda ao projeto de lei do Mover (PL nº 914/2024) que estabelece uma nova Política de Conteúdo Local para a exploração e produção de petróleo e gás, aumentando os percentuais mínimos de conteúdo local e definindo percentuais específicos para bens e serviços.



- Especialistas e entidades do setor criticam a medida por ser tema não relacionado ao projeto original, burocratizar investimentos, violar acordos comerciais internacionais e comprometer a flexibilidade regulatória.
- Ainda no mesmo projeto, o governo incluiu um tema com ainda menos pertinência temática: a taxaçoão de compras internacionais. O governo tentou tirar a digital do projeto, devido a impopularidade da medida, mas sua articulação favorável foi óbvia.

## Análise

- O governo aprovou, por meio de um acordo com os partidos da base aliada, a inclusão de uma emenda do deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) no projeto de lei do Mover (Projeto de Lei nº 914/2024), estabelecendo uma nova Política de Conteúdo Local para a exploração e produção de petróleo e gás natural, tema estranho ao assunto principal do projeto de lei original, que trata de incentivos para o setor automotivo.
- A Política de Conteúdo Local estabelece obrigações para as empresas vencedoras de licitações e a Petrobrás, exigindo a aquisição de bens e serviços no Brasil para atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e biocombustíveis. Trata-se de uma reserva de mercado para produtos nacionais, que é atualmente regulada pela Resolução nº 7/2017 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.
- Vale destacar que o uso excessivo da política de conteúdo local resultou em multas para a Petrobras. Em 2022, a empresa já teve de pagar R\$ 1 bilhão em multas por descumprimento das regras.



- Além disso, o estudo de 2023 “Política de Conteúdo Local (PCL) do Setor Petrolífero Brasileiro”, da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, destaca os prejuízos da política ao país. De acordo com a consultoria, a política resulta em menor produtividade para o país, além de trazer uma visão ultrapassada de política industrial que não visa a competitividade e as exportações. Destacam, também, a criação de poderosos lobbies que evitam que a política seja revista ou retirada. Por essas razões, a orientação do estudo é de extinguir a política.
- O governo atual vai na contramão disso. Em relação ao Regime de Partilha, o texto chancelado pelo governo aumentou o percentual mínimo de conteúdo local de 18% para 20% na fase de exploração; de 25% para 30% na Construção de Poço; e de 25% para 30% para a Unidade Estacionária de Produção. Além disso, cria subpercentuais para bens e serviços, previsão inexistente na Resolução nº 7/2017-CNPE. A proposta dificulta o cumprimento das regras e sujeita as empresas a multas.
- Em relação ao Regime de Concessão, o texto aprovado mantém os percentuais para os blocos em terra no Regime de Concessão, mas agora exige percentuais mínimos separados para investimento em bens e serviços, o que pode restringir e burocratizar os investimentos. Para os blocos situados no mar, o texto aumenta de 25% para 30% na Construção de Poço; e de 25% para 30% para a Unidade Estacionária de Produção. Igualmente, estabelece percentuais mínimos a serem investidos em bens e em serviço.
- Entidades do setor e especialistas criticaram a ausência de discussões sobre os dispositivos aprovados e a falta de uma avaliação detalhada dos impactos regulatórios. Para a Associação Brasileira das Empresas de Bens e Serviços de Petróleo (Abespetro), há risco de atrasar leilões e aumentar os custos de novas plataformas. O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) reforça as preocupações da Abespetro, alertando também para a perda de atratividade do Brasil e o risco de desabastecimento de materiais e equipamentos.

“A alteração de regras sem o debate apropriado com setores envolvidos representa uma nítida deterioração do ambiente de negócios nacional para os investimentos no setor de óleo e gás. O efeito imediato é a potencial perda de atratividade para os próximos leilões de áreas exploratórias da ANP, ameaçando o desenvolvimento de futuros projetos no Brasil”.

IBP, em nota.

"A ideia tem mérito, mas a maneira como se quer fazer isso vai causar atraso, aumento de custo e afugentar investidores. Vão procurar outros países que não têm essa regulamentação. Tem a Guiana aqui do lado [...] Não faz sentido aumentar o conteúdo local de um projeto que você não consegue fornecer o equipamento".

Roberto Ardenghy, presidente do IBP, em comentário concedido à Folha de São Paulo.

- Outros possíveis reflexos incluem novas contestações na Organização Mundial do Comércio (OMC) por violação de tratados comerciais internacionais assinados pelo Brasil. Em especial, destacamos os conflitos das políticas de conteúdo local com o Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (Acordo TRIMS), Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASCM), e o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS).
- Além disso, a medida prejudica a eficácia e flexibilidade regulatória, ao suprimir os poderes e prerrogativas do Ministério de Minas e Energia (MME), do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para determinar índices de conteúdo local de acordo com as especificidades de cada projeto, tendo em vista que a proposta legislativa estabelece taxativamente percentuais em lei.
- Do ponto de vista formal, cabe salientar que a aprovação de um texto legislativo que aborda mais de um objeto e a aprovação de modificações que introduzem assuntos estranhos ao texto original configuram infrações à Lei Complementar nº 95/1998, que regula os procedimentos de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

"Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão."

Lei Complementar nº 95/1998.

## Compras Internacionais

- O 'Jabuti' se tornou uma ferramenta recorrente do governo, principalmente para aprovar assuntos polêmicos. Como se não bastasse o 'jabuti' do conteúdo nacional na exploração de petróleo, o governo decidiu trabalhar pela aprovação da taxaçoão das compras internacionais abaixo de US\$ 50 - um tema com ainda menos pertinência temática.
- A movimentação do governo vem menos de um ano após a promulgação do programa Remessa Conforme. De acordo com essa mudança, as compras abaixo de US\$ 50 entre pessoas físicas são taxadas em 17% pelo ICMS (imposto estadual). Por causa da incidência 'por dentro', a alíquota efetiva se torna 20,5%. As compras acima de US\$ 50 foram taxadas em mais de 92%, efetivamente duplicando os valores.
- A nova taxaçoão incluirá 20% de imposto de importação sobre as compras. Somada ao ICMS, a alíquota efetivamente paga será de 40,6%.
- De olho na impopularidade da medida, o governo tentou fazer a articulação da aprovação das compras sem deixar a digital. Contudo, quatro movimentações mostram claramente a participação do governo na aprovação da taxaçoão:
  - a. Primeiro, porque o governo articulou a aprovação por meio de um 'jabuti' em um projeto de incentivo à produção de veículos. Isso reduziu a discussão e o alcance da medida na mídia.
  - b. Segundo, porque fez anúncios contrários à medida, mas trabalhou em acordo para sua aprovação, como o líder do governo na Câmara deixou claro na votação da proposta.
  - c. Terceiro, porque o governo forçou uma votaçoão simbólica para evitar deixar a digital na medida.
  - d. Quarto, porque o Ministro da Fazenda declarou o seu apoio à medida.

# 3 EDUCAÇÃO

## Após descartar proposta de Elon Musk, governo ainda não sabe como cumprirá promessa de levar internet a escolas em áreas remotas

*Com serviço de baixa qualidade e custo exorbitante de R\$ 161 mil por unidade de ensino, programa de conectividade do PT acumula resultados pífios; em meio a fiasco, Planalto flerta com a ideia de lançar sua própria rede de satélites de baixa órbita, plano que já foi descartado até pela União Europeia devido ao alto custo*

### Síntese

- A exclusividade conferida à Telebras/Gesac para fornecer conectividade via satélite levanta dúvidas sobre a transparência e eficácia do processo.
- A promessa de cobertura satelital apresentada pelo Ministério das Comunicações contrasta com a capacidade atual dos satélites da Telebras, sugerindo a complementação do serviço por intermédio da subcontratação de "empresas amigas".



- A iniciativa de conectividade do governo alcançou apenas 176 escolas em 2023, com um custo elevado de R\$ 161,4 mil por escola. Nesse ritmo, serão necessárias mais de quatro décadas para conectar todas as 7.812 escolas públicas sem internet no Brasil.

## Contextualização

- O Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape) tem como objetivo conectar 138 mil escolas públicas de educação básica, incluindo 20 mil em áreas remotas, até 2026 (Novo Pac), utilizando R\$ 3,2 bilhões de recursos das operadoras de telefonia. A operacionalização do programa está a cargo da Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (Eace), fiscalizada pelo Gape.
- Em 2023, conforme informado no Relatório de Atividades 2023, o Projeto Piloto de Conectividade das Escolas foi concluído, abrangendo 176 escolas. Além disso, o grupo reporta a realização de vistorias nas escolas e a instituição do Comitê Executivo da Enec pelo Decreto nº 11.713/2023, com o intuito de articular políticas e recursos para universalizar a conectividade na educação básica pública.
- O Gape deu seu aval à proposta do Ministério das Comunicações (MCOM), para ligar escolas públicas utilizando o serviço Telebras/Gesac, previsto para ser implementado em 2024, com uma velocidade mínima de 20 Mbps.

## Análise

### *Exclusividade para Telebras/Gesac*

- Na proposta ao Comitê Executivo da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas em 21/02/2024, o MCOM indicou que o serviço do Novo Gesac incluirá o satélite SGDC (Telebras) e "**satélites de outras empresas parceiras**", cobrindo 28.000 pontos, sendo 15.000 pontos com 20 Mbps, 3.000 pontos com 30 Mbps, 5.000 pontos com 40 Mbps e 5.000 pontos com 60 Mbps.

- No entanto, a promessa parece difícil de ser cumprida pela Telebras ao analisarmos os dados atuais do provimento do SGDC: 26.577 pontos, com 24.450 (92%) oferecendo até 10 Mbps e **2.126 (8%) até 20 Mbps**. Nesse contexto, para atender os requisitos do acordo com o Gape, **grande parte do serviço deverá ser fornecido pelas "empresas parceiras da Telebras", tendo em vista que a exigência de um mínimo de 20 Mbps**.
- Cabe ressaltar que já houve uma redução da velocidade para internet satelital de 50 Mbps para 20 Mbps, determinada pela Resolução CENEC nº 2, de 22 de fevereiro de 2024 e a Portaria nº 22, de 9 de maio de 2024. Além disso, a conexão via satélite deve ser utilizada em escolas situadas em áreas atendidas exclusivamente por essa tecnologia.
- Em suma, consideramos inadequada a opção de o governo estabelecer acordo com fornecedor reconhecidamente incapaz de atender os requisitos estabelecidos. **Outrossim, identificamos uma falta de clareza na operacionalização das subcontratações a serem intermediadas pela Telebrás, que serão o meio efetivo para cumprimento do acordo e qual seria o novo papel da Eace nessa concertação.**

### *Constelação de satélites de baixa órbita via Telebras*

- Nesse mesmo contexto, circulou a possibilidade de o governo lançar uma constelação de satélites própria através de uma empresa estatal, ideia apelidada de InternetBras pelo veículo Poder 360.
- A opção por uma empresa estatal foi interpretada como uma retaliação do governo federal às declarações públicas feitas por Elon Musk sobre a liberdade de expressão no Brasil. Musk é proprietário da Starlink, a principal provedora de satélites de baixa órbita e serviços do gênero.
- Todavia, implementar uma constelação de satélites de baixa órbita demandaria um investimento significativo e, possivelmente, inviável nesse momento para o Brasil. A União Europeia, por exemplo, considera uma alternativa similar, mas o projeto não foi iniciado devido ao custo inicial, estimado em €12 bilhões, o que equivale a aproximadamente R\$ 67 bilhões.
- Em entrevista, Hermano Barros Tercius, Secretário de Telecomunicações do MCOM, negou que exista a intenção de construir uma rede de satélites, como a Starlink. Por sua vez, o Palácio do Planalto encaminhou nota com a usual atitude agressiva e irônica em relação ao veículo de

comunicação, ao editor-chefe e ao jornalista encarregado pela matéria. Lamentavelmente, trata-se de mais um incidente de intemperança por parte da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, em demonstração de desrespeito à imprensa e à livre manifestação do pensamento.



"Qdo o publico decide concorrer com o setor privado sabemos no q vai dar. Desperdício de dinheiro publico e o algo para justificar o cabide de emprego da Telebras. Piada pronta com o nosso \$\$\$. Imagino @elonmusk ...nem vai mais dormir depois dessa! 🤡 Cômico e patético não fosse trágico!"  
Carlos Portinho, senador, na plataforma X.

### *Desempenho do Gape/Eace em 2023*

- A iniciativa de conectividade atingiu apenas 176 escolas em um ano, revelando-se bastante ineficiente. Nesse ritmo, seriam necessárias mais de quatro décadas para conectar as 7.812 escolas ainda sem internet no Brasil.
- Além disso, segundo o Informe nº 2/2023/GAPE, o Programa Aprender Conectado/Conectividade de Escolas, supervisionado pelo Gape, apresenta um custo exorbitante de R\$ 161.446,88 por escola, totalizando R\$ 28.413.652,00 em 2023.
- De acordo com o Painel Conectividade nas Escolas da Anatel, entre março de 2023 e março de 2024, 554 escolas passaram a ter internet, sendo 176 conectadas pela Eace e 378 por outros atores estatais e não estatais, reafirmando a ineficácia do programa conduzido pelo Gape/Eace em comparação com outras iniciativas promovidas por entidades estatais e não estatais.

"Agora vai! O governo Lula quer criar uma rede de internet melhor que a de Elon Musk. É a Lula Musk! Só falta a Lula Apple, a Lula Uber, a Lula Amazon, todas estatais, cheias de cargos pra companheirada. Vale do Silício, tremei!!!! Vem aí o Vale do Suplício. Gastação e atraso do PT".

Ciro Nogueira, senador, na plataforma X.



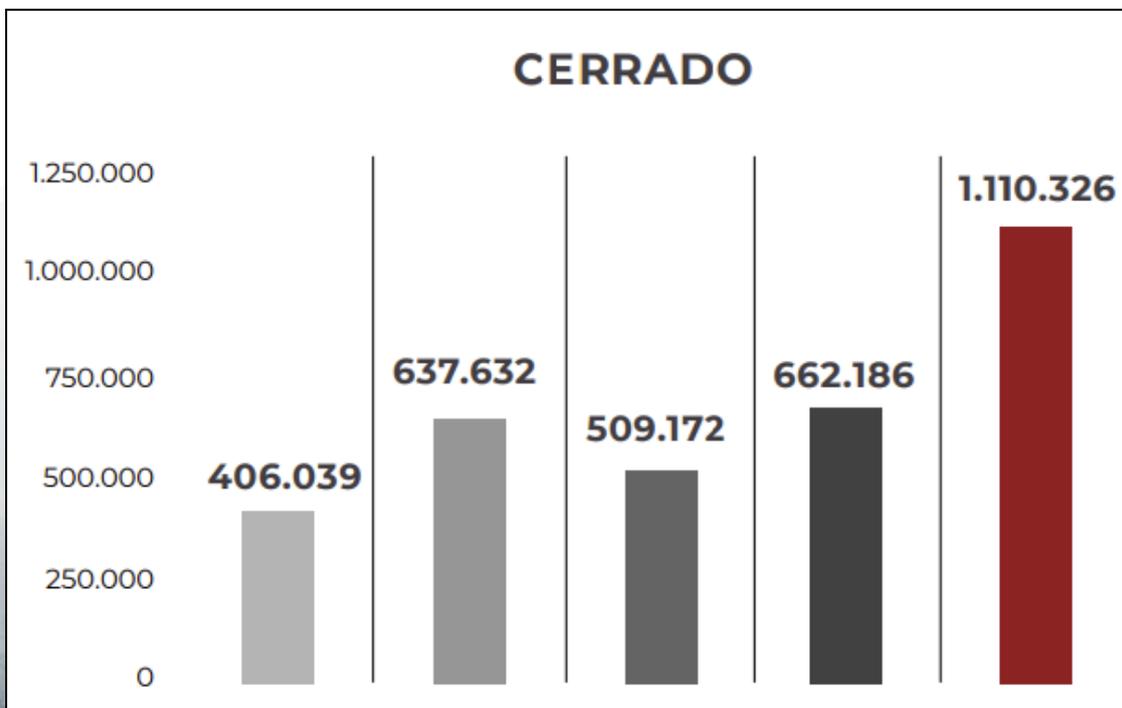


# Desmatamento do Cerrado, segundo maior bioma do Brasil, cresce 67% com Marina Silva e Lula

*Segundo levantamento, mais de 1,1 milhão de hectares foram devastados em 2023; total representa mais da metade de todas as áreas desmatadas no país no período*

Conforme o Relatório Anual do Desmatamento do Brasil (RAD), do Map Biomas, 1.110.326 hectares foram desmatados do bioma Cerrado em 2023. O valor é 67,7% maior que o apurado em 2022.

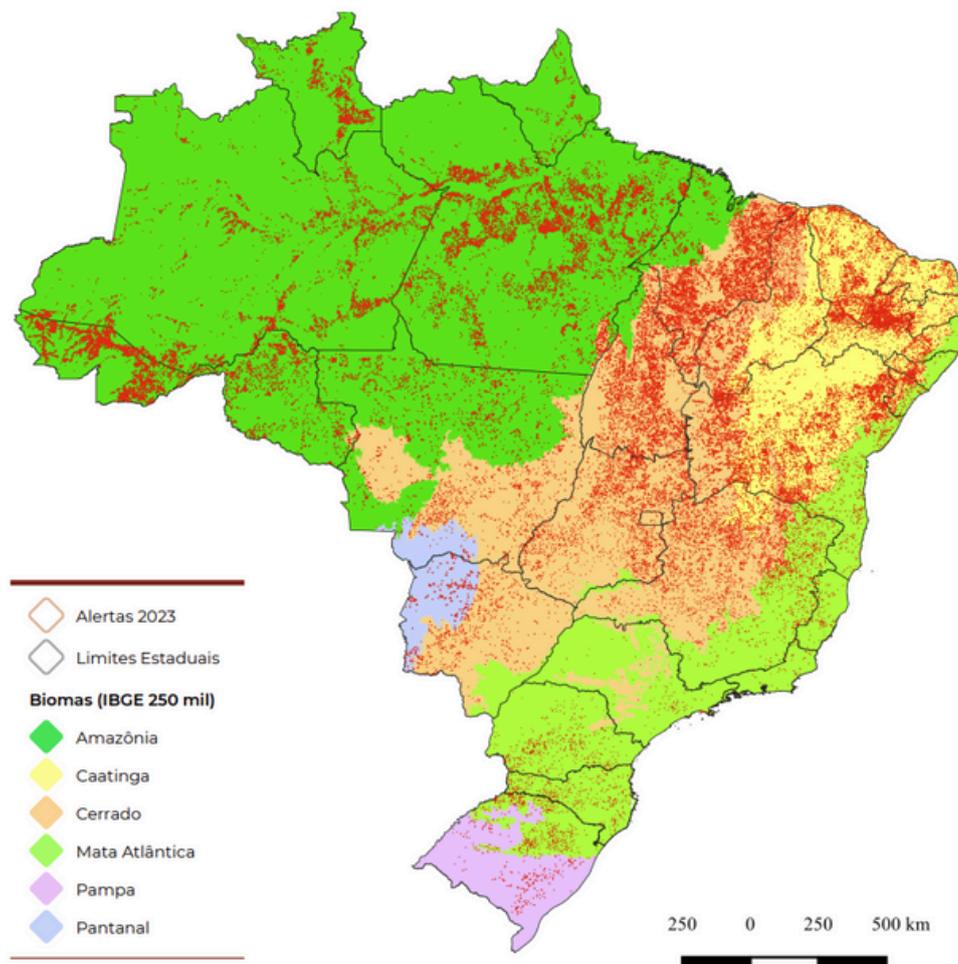
**Gráfico 1.** Área desmatada (ha) no Cerrado por ano de 2019 a 2023:



Fonte: MAPBIOMAS, RAD - 2023.

O espaço ocupado pelo Cerrado representa 25% do território nacional e é a segunda maior formação vegetal do país, atrás apenas da Floresta Amazônica. Suas dimensões equivalem à soma das áreas da Espanha, França, Alemanha, Itália e Inglaterra. O desmatamento do Cerrado representou 61% da área total desmatada no país em 2023.

**Figura 1.** Mapa dos alertas de desmatamento no Brasil em 2023:



**Fonte:** MAPBIOMAS, RAD - 2023.

O Cerrado é uma das regiões de maior biodiversidade do mundo. Estima-se que possua mais de 6 mil espécies de árvores e 800 espécies de aves, por exemplo (MMA, 2002).

A falta de ações concretas e efetivas para conter o desmatamento é um claro indicativo da ausência de compromisso real com a agenda ambiental. As palavras proferidas durante a campanha não foram seguidas por políticas robustas e implementações práticas. Em vez disso, vê-se um cenário de devastação que tende a piorar sem as mudanças drásticas na abordagem governamental.